



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO
CEARÁ
GABINETE DO REITOR
SECRETARIA DOS CONSELHOS

ATA DA 11ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO SUPERIOR

Ao terceiro dia do mês de julho do ano de dois mil e vinte, às 9h, por meio de videoconferência, encontrou-se o Conselho Superior do IFCE, em reunião convocada e presidida pelo Reitor, Prof. Virgílio Araripe. **Fizeram-se presentes os seguintes conselheiros:** Ana Claudia Uchoa, Anderson Ibsen, David Moreno, Francisco Herli Barros, Flaviana Pereira, Francisco Aleudiney Monte, Francisco Sildemberny Souza, Jackson Nunes, José Alves Neto, Karla Gonçalves, Luzimário Alves, Marcelo Araújo, Marcelo Lucas Araújo, Maria Lopes Araújo, Natália da Silva, Paulo Henrique Gomes, José Sampaio Filho, Flaviana Pereira, Fernando Melo, Ana Isabele Barreto, Ruth do Nascimento e João Reginaldo. **Demais presentes:** Isabel Magda, Ana Caroline Cabral, Milena Mendes, José Wally, Rejane Tavares, Reuber Saraiva, Ricardo Liarth, Armênia Chaves, Hobson Cruz, Samara Tauil, Tássio Lofti e Zandra Dumaresq. O presidente saudou todos e iniciou a reunião explicitando a metodologia a ser utilizada nesta reunião. Em seguida, Prof. Virgílio e Prof. Wally falaram sobre a aprovação do doutorado do IFCE, um momento muito importante para a instituição. Em seguida, as minutas das atas da 9ª e da 10ª reuniões extraordinárias foram aprovadas sem alterações. **ORDEM DO DIA:** 1) Nomeação da FAIFCE. O presidente discorreu sobre a sugestão do nome para a presidência e passou a palavra para Prof. Wally, que discorreu sobre o trabalho do conselho curador da FAIFCE e informou que o conselho elaborou alguns critérios para a escolha do perfil do gestor dessa fundação, entre eles, a experiência e a integração com o empreendedorismo, notadamente no que tange a fazer parte de conselhos estratégicos relacionados ao empreendedorismo. Por fim, o relator apresentou o currículo do nome escolhido pelo conselho curador e ressaltou o relacionamento e a proatividade dele. A Prof.a Flávia Plutarco explicitou detalhadamente como aconteceu a seleção do possível perfil e disse que competências gerenciais, comportamentais e técnicas foram utilizadas como parâmetro, assim como a habilidade de negociação e o conhecimento de projetos. O nome sugerido pelo conselho curador foi o Prof. Ernani, do *campus* Fortaleza. Prof. Virgílio falou sobre as instalações já existentes no Polo de Inovação para a atuação da fundação. Votação: 16 votos a favor e 1 abstenção. 2) Afastamento dos conselheiros Herli e Aleudiney: O presidente discorreu sobre essa pauta explicitando as desincompatibilizações. Prof. Tássio falou sobre a legislação que trata do assunto. O conselheiro Aleudiney também solicitou seu afastamento a partir de 14 de agosto; desse modo, haverá resoluções de afastamento dos conselheiros Francisco Herli e Francisco Aleudiney. Em seguida, prof. Tássio falou que o TSE divulgará as novas datas e sugeriu que a resolução fosse expedida depois disso. 3) Resolução *ad*

referendum Nº 13. Relatora: Ana Caroline. A relatora informou que apresentaria as alterações gerais ocorridas na resolução, discorreu sobre as alterações no auxílio-transporte, auxílio-formação e auxílio-vulnerabilidade, ressaltou que essas mudanças têm caráter emergencial e provisório e reforçou a importância de sempre realizar essas avaliações periódicas para garantir que os alunos sejam atendidos nas suas necessidades. O conselheiro David parabenizou pela ampliação dos auxílios aos estudantes, haja vista a maioria estar em situação de fragilidade econômica, e falou que a medida de prorrogação do auxílio é fundamental e muito importante. A conselheira Ana parabenizou pelo cuidado da instituição em estar buscando o atendimento ampliado aos estudantes e perguntou se ele abrange todos os discentes. A relatora respondeu que não atende os alunos dos cursos FIC e pós-graduação devido ao decreto do PNAE. O conselheiro Fernando também parabenizou pelo trabalho e ressaltou a importância dessa ampliação. **Votação:** aprovado por unanimidade. 4) RAINTE. A relatora Milena Mendes apresentou o relatório, discorrendo sobre as ações planejadas e as ações realizadas, explicou o motivo de uma ação não ter sido concluída, apresentou um demonstrativo das recomendações emitidas pela Auditoria, falou sobre fatos relevantes que impactaram a auditoria e, finalmente, discorreu sobre alguns valores destacados à gestão. O conselheiro Sildemberny destacou o trabalho que a Auditoria tem realizado e parabenizou por isso. A conselheira Ana parabenizou a equipe da auditoria, sugeriu que se pensasse em curso de auditoria para leigos, citou um exemplo de uma das ações relacionadas à análise da gestão dos cursos, reforçando sua importância para as decisões estratégicas que a gestão tomará, e sugeriu que essa questão fosse retomada depois. A relatora explicitou o motivo de não ter sido realizada a ação. O conselheiro Jackson também parabenizou pelo trabalho da Auditoria, destacando sua importância para a instituição. Prof. Virgílio parabenizou e ressaltou a importância do trabalho da Auditoria dentro da instituição. 5) Resolução *ad referendum* Nº 14, sobre a avaliação e renovação de autorização da FCPC. Prof. Virgílio explicou a necessidade dessa resolução ter saído *ad referendum* e, posteriormente, Prof. Tarique discorreu sobre o papel da Fundação dentro do IFCE, apresentando os principais pontos do relatório de avaliação da FCPC do ano de 2019, como por exemplo: convênios, contratos, acordos, ajustes e aditivos firmados no ano de 2019, bolsas de pesquisa disponibilizadas e demais aspectos da avaliação. Em seguida o relator informou sobre a necessidade da renovação de autorização da FCPC junto ao IFCE. **Votação:** aprovada por unanimidade a avaliação de desempenho e a renovação de autorização da FCPC. 6) Alteração da Resolução Nº 11, de 2020: O relator, Prof. Reuber, falou que, na mencionada resolução, constavam duas portarias do MEC, que foram revogadas e tratavam de aulas práticas. Sr.a Armênia disse que, com a retomada gradativa das aulas, de forma remota, as alterações foram realizadas no que diz respeito à prática de laboratórios especializados e a estágio e, em seguida, discorreu sobre elas. Prof. Reuber falou que isso é somente um ajuste da normatização. A conselheira Ana informou que não recebeu essa minuta e perguntou sobre o fluxo da inserção dessa proposta e sobre o planejamento para os colegiados de curso e os *campi*. O conselheiro David parabenizou pelo esforço da instituição para a inserção de disciplinas que envolvem prática, mas avaliou ser mais prudente realizar consulta aos discentes, disse que o ensino remoto emergencial requer uma série de ajustes, devendo as alterações ser mais discutidas pelos *campi*, e discorreu sobre a possibilidade da desobrigação da instituição em atender a essas orientações sem uma discussão mais aprofundada pelos *campi* e por toda a equipe. Prof. Reuber salientou que é importante preocupar-se com os discente, que essa preocupação é de todos da instituição, afirmando ser necessário analisar um possível prejuízo aos discentes decorrente do tempo sem atividades, reforçou que as alterações submetidas a este

conselho intentam o oferecimento daquilo que antes estava proibido pela legislação, ressaltando que está sendo aprovada a possibilidade e não a obrigação das alterações, pois os *campi* analisarão a exequibilidade da oferta dessas atividades, tendo em vista existirem algumas disciplinas que não poderão ser ofertadas, e asseverou que a instituição continuará tendo cuidado com os documentos normativos. O conselheiro Aleudiney falou que o IFCE tem como “carro-chefe” a educação profissionalizante, que também acarreta a atividade prática, avaliou que muito se está perdendo com a pandemia, discorreu sobre algumas situações de discentes que não quiseram realizar as práticas dessa forma, falou sobre os alunos cujos aparelhos eletrônicos danificam-se, impedindo-o de concluir a disciplina, falou também sobre as alterações do PPC dos cursos, que poderiam ser limitadas exclusivamente ao período de pandemia, e, por fim, cogitou a possibilidade de existir um termo de aceite por parte do aluno. A Sr.a Armênia falou que o prazo da flexibilização vai até o final de dezembro de 2020. Prof. Reuber falou que essas alterações não serão realizadas no PPC, mas constarão de um anexo do projeto, ressaltando que a ideia não é alterar o PPC totalmente, mas apensar esse anexo pelo prazo estabelecido. A conselheira Karla discorreu sobre o ensino remoto, avaliando que, desde o início da pandemia, a instituição vem estudando as melhores possibilidades para os discentes, mas ressaltou que este conselho não discutiu mais detalhadamente sobre os alunos com deficiência. Ela também pediu desculpa caso essa discussão já tenha sido realizada, explicando que a intenção dela é ressaltar a importância do planejamento, da avaliação e das possibilidades pedagógicas aos alunos com deficiência durante o ensino remoto, discorrendo sobre algumas falas constantes relativas a isso e pedindo que o Consup refletisse acerca do assunto. Em seguida, o conselheiro Alves falou que alguns documentos oriundos do MEC são destinados ao ensino superior, podendo o ensino técnico e a educação básica não estar contemplados juridicamente. Prof. Reuber informou que foi realizada uma consulta jurídica à Procuradoria a fim de saber sobre as lacunas existentes no que se refere a isso e que o parecer da consulta foi favorável, conforme consta na minuta da resolução. A conselheira Ana reforçou a fala da conselheira Karla, falou que tem percebido o cuidado pedagógico com as pessoas com deficiência de forma localizada, por parte dos *campi*, citou, como exemplo, o que está sendo realizado no *campus* Fortaleza, concordou com a conselheira Karla quanto à expedição de um normativo institucional com vista a melhor aparar os *campi* e, finalmente, perguntou sobre a possibilidade de o aluno realizar as aulas práticas somente quando voltar presencialmente. Prof. Reuber respondeu que o aluno poderá realizar a disciplina quando voltar às aulas presenciais. O conselheiro João Reginaldo perguntou se será necessário retornar ao começo de uma disciplina caso se desista das aulas remotas. O Prof. Reuber informou que será necessário. Na sequência, a conselheira Karla falou que existe um movimento dos NAPNEs para que estes sejam vinculados ao ensino e não à extensão. A Sr.a Armênia falou que, em ofício-circular, se fala sobre algumas possibilidades aos alunos com deficiência, citou alguns exemplos e informou que é necessário as CTPS dos *campi* realizarem um levantamento para saber qual é a sua demanda, para, em cada caso, o *campus* pensar em uma alternativa. O conselheiro David falou que entende o cuidado e o zelo em fazer adequações institucionais para dar opções aos estudantes, mas acredita que talvez a opção dada ao discente seja falsa, pois se dará oportunidade àqueles que podem aderir, e os que não podem ficarão aquém, aprofundando-se, com isso, a exclusão. Prof. Virgílio falou que todos estão preocupados com as situações que estão acontecendo, discorreu sobre as mudanças bruscas que precisaram ocorrer em todos os locais devido à chegada repentina da pandemia, disse que não há data para as coisas voltarem ao normal, tendo em vista a inexistência de uma vacina, reforçou que se está buscando realizar ações de

modo que nenhum estudante seja relegado durante o ensino remoto e mencionou a aquisição de tablets e a disponibilização dos chips aos estudantes a fim de que possam estar conectados e dar continuidade aos seus estudos. Em seguida o presidente salientou dois pontos fundamentais para reflexão: 1) o desenvolvimento de ações que não tragam risco à saúde, 2) a minimização dos prejuízos e efeitos danosos que a pandemia trouxe. Além disso, informou que, na segunda-feira seguinte, haverá a primeira colação de grau virtual e ressaltou que se busca atender todos os estudantes. Votação: 11 favoráveis, 8 abstenções e 1 contrário. 7) Alteração do ROD: A relatora Armênia e o Prof. Reuber explicitaram as alterações que precisaram ser realizadas. A conselheira Ana parabenizou a Pró-Reitoria de Ensino pelas alterações. Votação: aprovada por unanimidade. **INFORMES DOS CONSELHEIROS:** O conselheiro David falou sobre o movimento do *exposed* e sobre a proposta que ele apresentou, em uma reunião anterior do Conselho Superior, acerca da criação de um comitê de direitos humanos e sugeriu que essa discussão fosse retomada, para auxiliar no combate ao assédio sexual. Prof. Virgílio disse que o IFCE mostra tolerância zero a essa prática, lembrando demissões já acontecidas em decorrência disso, falou que está sendo criado um grupo de trabalho destinado a minutar uma política de combate ao assédio sexual e que o documento, depois de criado, será apreciado pelo Conselho Superior. A conselheira Ana deixou registrado que o *campus* Fortaleza criou uma comissão para tratar do assunto e considerou fundamental o enfrentamento ao assédio sexual na instituição. O conselheiro Paulo Henrique externou a satisfação em fazer parte deste conselho, parabenizou a instituição pela aprovação do doutorado e lamentou os assédios dentro da instituição. Prof. Virgílio agradeceu a presença do Prof. Paulo Henrique e disse se sentir privilegiado por tê-lo no conselho. O conselheiro Fernando reforçou que o *campus* Cedro também já instituiu uma comissão para averiguar as denúncias realizadas e justificou a ausência do conselheiro Tomé, cujo local de moradia tem sinal de internet instável, dificultando-lhe participar da reunião. O presidente salientou a importância do trabalho realizado pelo Conselho Superior na educação do Brasil. Por fim, o presidente agradeceu a presença de todos e, nada mais havendo a tratar, deu por encerrada a reunião às 12h20min. Para constar, eu, Emanuelle Andrezza Vidal dos Santos, secretariando os trabalhos, lavrei a presente ata, que, depois de lida e aprovada, será assinada por mim e pelo presidente.

VIRGÍLIO AUGUSTO SALES ARARIPE
Presidente do Conselho Superior

EMANUELLE ANDREZZA VIDAL DOS SANTOS
Secretária dos Conselhos